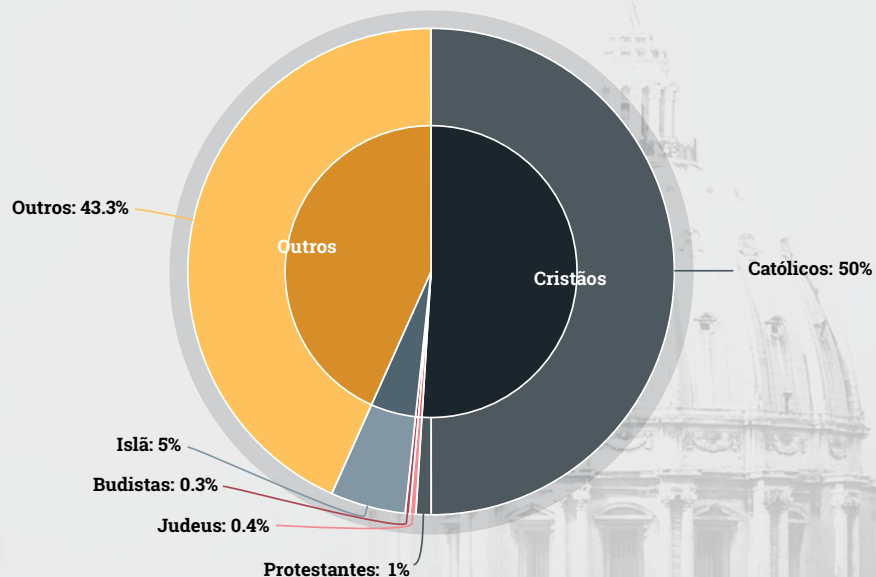
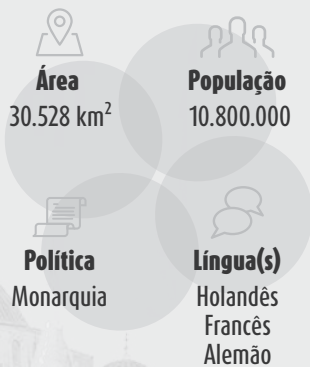


# Bélgica



## DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA

A Constituição belga garante os direitos humanos fundamentais para todos os cidadãos, incluindo liberdade religiosa ou de crença e proteção das comunidades religiosas ou de crença de interferência do Estado nos seus assuntos internos. Embora a lei proíba a discriminação com base na perspectiva religiosa ou filosófica (por ex., não confessional), tem havido relatos de problemas em aplicar esta legislação, com acusações de preconceito por parte do Estado.

### Reconhecimento estatal das religiões

As relações entre o Estado e as várias religiões na Bélgica estão historicamente enraizadas num sistema específico de comunidades religiosas e de crença. O Estado apenas financia comunidades religiosas e de crença reconhecidas. São elas as seguintes: Catolicismo, Protestantismo, Anglicanismo, Judaísmo, Islamismo, Ortodoxia e Humanismo Secular. O Budismo está atualmente em processo de ser reconhecido<sup>[1]</sup> e estão pendentes pedidos para o Hinduísmo e para a Igreja Ortodoxa Síria.

Os subsídios estatais são disponibilizados por todos os contribuintes, incluindo os que professam uma religião não

reconhecida e os que não seguem qualquer religião ou sistema de crença.<sup>[2]</sup>

O reconhecimento do Estado abre a porta ao financiamento de religiões e concepções do mundo, disponibilizando fundos para salários e pensões do clero, manutenção de locais de culto, capelanias e educação religiosa, e outros aspectos da vida religiosa. O Estado não subsidia os salários e pensões de clero que pertença a grupos de fé não reconhecidos. Nem estes são elegíveis a receber subsídios estatais para salários e pensões para o clero. Além disso, não têm direito a ter capelães oficialmente acreditados em prisões, centros de detenção para requerentes de asilo, hospitais, forças armadas e lares de terceira idade ou para pessoas com deficiências. E também não estão autorizados a ensinar a sua religião em escolas públicas e não lhes é dado igual tratamento pelas autoridades fiscais.

Embora haja discrepâncias no tratamento das religiões reconhecidas e não reconhecidas, não há critérios legais ou constitucionais para conceder o reconhecimento estatal. Em

[2] Em 2013, o último ano para o qual há dados disponíveis, o ministro da Justiça pagou aproximadamente 107 milhões de euros (\$130 milhões de dólares) em salários para o clero e alguns subsídios para as diferentes religiões reconhecidas. Apesar do reconhecimento de inúmeras religiões e de um declínio no número de pessoas que se consideram católicas para 50% da população, o Catolicismo ainda recebeu a maior proporção de subsídios estatais, com 85% do total de fundos disponíveis, seguido do humanismo secularista (8%) e do Protestantismo (2,5%). Os Muçulmanos constituíam 5% da população, mas receberam 2% dos fundos. Os não católicos e os especialistas em financiamento público continuaram exortando o Governo para desembolsar fundos públicos de maneira a refletir com mais precisão a distribuição populacional dos grupos religiosos.

[1] Um orçamento modesto já esteve ao dispor do órgão representativo comum de várias associações budistas.

1985, o ministro da Justiça Jean Gol disse, numa resposta a uma pergunta parlamentar, que os seguintes critérios devem ser tidos em consideração: os membros da comunidade religiosa (várias dezenas de milhares), a sua história e a sua contribuição para o bem da sociedade. Contudo, o seu entendimento dos critérios necessários nunca foi consagrado na Constituição, em decretos ou leis. O rendimento de todos os contribuintes, qualquer que seja a sua perspectiva religiosa, é a principal fonte de apoio financeiro às poucas religiões ou concepções do mundo com reconhecimento estatal.

As comunidades religiosas e de crença que não são reconhecidas pelo Estado podem registrar-se legalmente como associações sem fins lucrativos e gozar de total liberdade religiosa ou de crença.

As relações entre o Estado e os grupos religiosos são regulamentadas pelo Ministério da Justiça.

Em 1997, após a publicação de um relatório parlamentar e de uma lista de 189 comunidades religiosas ou de crença identificadas como “seitas” e suspeitas de serem prejudiciais, muitos casos de intolerância e discriminação nos setores público e privado foram relatados por organizações de direitos humanos. Estes incluíram: calúnia e difamação; vitimização no bairro, no local de trabalho e na escola; dano à reputação de indivíduos; perda de empregos ou promoções; demissão, perda de direitos de visita ou custódia dos filhos em acordos de divórcio; incapacidade de arrendar instalações públicas ou privadas para encontros religiosos, etc.

## Legislação sobre traje religioso

Em 29 de abril de 2010, a Câmara dos Representantes belga adotou uma lei de segurança que proíbe as pessoas de usarem “traje e vestuário que tape a face de tal forma que torne difícil a pessoa ser reconhecida”. A pena por violar esta lei pode chegar a catorze dias de prisão e a uma multa de 250 euros. Assim, a burca ou o nicab não são permitidos em locais públicos, restrições que desencadearam protestos por parte da comunidade muçulmana.

Existe também uma proibição das mulheres e meninas muçulmanas usarem o véu em muitas escolas e empregos no setor público.<sup>[3]</sup>

## Instrução religiosa e moral em escolas públicas

Numa revisão da Constituição de 15 de julho de 1988, a educação escolar foi transferida para as comunidades flamengas, francesas e alemãs da Bélgica. As aulas de filosofia são obrigatórias em todas as três comunidades linguísticas, mas os detalhes específicos são deixados à discrição de cada grupo linguístico respectivo.

A instrução religiosa ou “moral” é obrigatória nas escolas

públicas e é disponibilizada de acordo com a preferências dos pais. O sistema de educação pública requer neutralidade na apresentação de perspectivas religiosas fora das aulas de religião. Os professores de religião são autorizados a expressar as suas visões nas aulas de religião. Todas as escolas públicas disponibilizam professores para cada um dos sete grupos religiosos reconhecidos, bem como para o humanismo secular. Os professores de religião nas escolas públicas são escolhidos pelo respectivo grupo de fé e nomeados pelo ministro da educação do Governo da comunidade linguística. As escolas religiosas seguem o mesmo currículo das escolas públicas e recebem subsídios estatais para despesas de funcionamento, incluindo manutenção do edifício e serviços.

Contudo, a recusa da comunidade judaica ortodoxa em ensinar certos assuntos, como a evolução e a educação sexual, poderá levar à imposição de penalizações econômicas e criminais contra as suas escolas. O Departamento belga de Educação requer que todos os estudantes sigam o programa educativo estatal. Os responsáveis da educação começaram a impor sanções contra as escolas haredi, sem isenções, para alunos que recebem educação escolar em casa. Além disso, as escolas judaicas privadas que não recebem a totalidade do financiamento estatal vão ser forçadas a cumprir os padrões do Ministério da Educação.<sup>[4]</sup>

Em um julgamento realizado em 12 de março de 2015, o Tribunal Constitucional belga decidiu que “a comunidade francesa permite que as aulas de ética tenham orientação ideológica e que os professores usem um sistema filosófico específico. Isto implica que a comunidade francesa não garante que as aulas de religião e de ética não confessional, que são disponibilizadas com permissão parental, divulguem informação e conhecimento que sejam ‘objetivos, críticos e pluralistas’, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, do qual o Tribunal Constitucional depende. Para garantir o direito dos pais a que os seus filhos não vivam um conflito entre a educação religiosa ou ética dada na escola e as crenças religiosas ou filosóficas dos pais, os estudantes devem ser autorizados a optar por não frequentar aulas de religião ou ética. Além disso, para proteger o seu direito a não divulgarem as suas crenças religiosas ou filosóficas (...), a abordagem para obter a isenção não deve impor aos pais a obrigação de revelarem as suas próprias convicções religiosas ou filosóficas.”

Quanto à comunidade flamenga, a questão da isenção foi resolvida em 8 de julho de 1992 pelo Departamento de Educação do Ministério da comunidade flamenga, com uma circular que diz o seguinte: “Cada escola deve garantir que os estudantes que optaram por não frequentar as aulas de religião usam o tempo para estudar a sua própria religião, filosofia ou valores éticos.”<sup>[5]</sup> Na comunidade francesa, optar

[3] [http://www.alterinfo.net/L-interdiction-du-port-du-voile-en-Belgique-la-montee-de-l-islamophobie-en-Europe\\_a37209.html](http://www.alterinfo.net/L-interdiction-du-port-du-voile-en-Belgique-la-montee-de-l-islamophobie-en-Europe_a37209.html)

[4] “Ultra-Orthodox Schools in Belgium and England face sanctions for selective curricula”, Hiddush, 22 de Abril de 2014 (<http://wwwn.org/articles/42249/?&place=belgium-holland>).

[5] Human Rights Without Frontiers Int’l, Religious education at school in Belgium, <http://www.hrwf.net/publications/reports/year-2015/513-religious-education-at->

por não frequentar estas aulas não é possível. A lei proíbe a discriminação com base na orientação religiosa e declarações públicas que incitem ao ódio religioso, incluindo a negação do Holocausto.

Nunca houve qualquer julgamento do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos contra a Bélgica sobre as questões de liberdade religiosa (artigo 9º da Convenção Europeia).

## INCIDENTES

### Algumas questões muçulmanas

#### Proibição de uso de traje religioso

As escolas públicas têm direito a decidir se impõem uma proibição ao uso de traje e símbolos religiosos, como por exemplo os véus. Pelo menos 90% das escolas públicas apoiadas pela comunidade francesa da Bélgica e literalmente todas as escolas públicas flamengas proibiram o uso do véu. Os empregadores privados podem proibir o uso do véu, ou de outro vestuário religioso, caso acreditem que isso interfere no desempenho dos deveres de um trabalhador.

Em 31 de maio de 2016, o Tribunal de Justiça no Luxemburgo decidiu que não havia discriminação religiosa num caso de uma trabalhadora que recorreu contra a empresa onde trabalhava, depois de ter sido despedida por usar o véu. Fê-lo com base no fato de haver uma proibição do uso de símbolos políticos, filosóficos e religiosos visíveis, tal como afirmado no website.<sup>[6]</sup> Espera-se que mais empresas privadas vão incluir declarações desta natureza no seu regulamento interno de trabalho.

Em 2013, a polícia apresentou dezesseis relatos de violações da lei que proíbe o uso das burcas. As mulheres que usaram o véu facial total em público enfrentaram uma multa máxima de 137,50 euros (R\$ 490).

#### Mesquitas

Há cerca de 300 mesquitas em toda a Bélgica, para uma população de cerca de 700 mil a 800 mil muçulmanos. De acordo com investigação de Jan Hertogen, sociólogo da Universidade Católica de Lovaina, 7% da população belga é muçulmana:<sup>[7]</sup> 4,9% na Valônia, 23,6% em Bruxelas e o resto na Flandres.<sup>[8]</sup>

Em Bruxelas, onde a população muçulmana é de cerca de 300 mil pessoas, apenas catorze das oitenta mesquitas são reconhecidas pelas autoridades regionais. Apenas mais quatro do que em 2012. A Flandres e a Valônia reconhecem trinta e duas e trinta e nove mesquitas respectivamente, e estão atualmente sendo analisados quarenta e nove pedidos na região flamenga. Apesar dos esforços do Executivo dos Muçulmanos da Bélgica (o interlocutor oficial da comunidade reconhecido pelas autoridades belgas), parece que muitas comunidades muçulmanas não querem ser reconhecidas pelas autoridades públicas.

O reconhecimento estatal oferece duas grandes vantagens: o Governo regional disponibiliza apoio financeiro, em especial em caso de déficit, e o Governo federal paga os salários dos imãs. Em troca, as comunidades muçulmanas devem manter registos contabilísticos rigorosos e aceitar a nomeação dos imãs pelo Executivo dos Muçulmanos da Bélgica.

Em Molenbeek (um município ou bairro de Bruxelas), quatro em vinte e quatro mesquitas são reconhecidas pela região de Bruxelas. Contudo, dezesseis outras mesquitas filiadas no Conselho Consultivo das Mesquitas receberam 45 mil euros (mais de R\$160 mil) do município no ano passado.

Em 2016, a falta de apoio do Governo regional valão levou os aliados de um plano para construir uma mesquita em Namur a abandonarem o projeto. Teve início a construção de uma mesquita em Liège e outra avançou em Malmedy.

Após os ataques de 13 de novembro de 2015 em Paris, associações que combatem a islamofobia e cidadãos muçulmanos na Bélgica condenaram o aumento das hostilidades para com a sua comunidade: quarenta e sete atos islamofóbicos foram registrados e/ou recebidos pelo Coletivo Conta a Islamofobia na Bélgica (CCIB) durante o período após os ataques de Paris.

Patrick Charlier, Diretor do Centro Interfederal para a Igualdade de Oportunidades, referiu que “os comentários islamofóbicos na Internet assumem agora a forma de verdadeiros incitamentos a matar. Além disso, jovens mulheres que usam véu e que anteriormente foram insultadas nas ruas são agora atacadas. Os fatos são muito mais preocupantes.” Muitos muçulmanos expressam igualmente as suas preocupações sobre o comportamento de alguns membros da polícia. Vários destacaram a “caracterização étnica” por parte de alguns agentes policiais.

### Algumas questões judaicas

Em 24 de maio de 2014, quatro pessoas foram mortas a tiro no Museu Judaico de Bruxelas. O principal suspeito do tiroteio, Mehdi Nemmouche, um francês-argelino com dupla nacionalidade, foi detido poucos dias mais tarde perto de Marselha. Foi extraditado para a Bélgica e permanece detido aguardando julgamento. O Governo belga emitiu uma declaração firme condenando o ataque.

De acordo com o relatório da liberdade religiosa internacional

---

school-in-belgium;

Lessons in religion no longer obligatory in Belgium, Flanders Today, 13 March 2015; <http://www.flanderstoday.eu/education/lessons-religion-no-longer-obligatory-belgium>

[6] Ver <http://bit.ly/29VUp8C>.

[7] Ver <https://fr.groups.yahoo.com/neo/groups/suffrage-universel/conversations/messages/6549>.

[8] Ver mapeamento em <http://bit.ly/1RpCun1>

de 2014 do Departamento de Estado Norte-Americano, durante as marchas anti-Israel em 8 de julho de 2014 em Bruxelas e Antuérpia, as pessoas gritaram comentários antissemitas e alguns proprietários de lojas e restaurantes se recusaram a servir judeus. Ninguém foi acusado de crimes de ódio. Em 14 de setembro de 2014, foram atiradas pedras nos visitantes do Memorial aos Mártires Judeus, no subúrbio de Anderlecht em Bruxelas. Passados dois dias, ocorreu um incêndio intencional num apartamento que fica em cima de uma sinagoga no mesmo distrito da capital.

Em abril de 2016, um rapaz de 12 anos deixou a sua escola em Bruxelas e ocupou uma vaga numa escola judaica. De acordo com um relato feito pela estação de televisão belga RTBF, o rapaz mudou de escola na sequência de vários comentários antissemitas. A mãe do rapaz apresentou queixa da escola à polícia. Tendo transmitido o relatório da polícia, a RTBF afirmou que a escola era acusada de “incitar à discriminação, ao ódio ou à violência em relação a um grupo ou comunidade”.

## Algumas questões católicas

Em abril de 2013, quatro ativistas em topless do controverso movimento FEMEN atacaram a Igreja Católica, encharcando o Arcebispo belga André-Jozef Léonard durante um debate na Universidade ULB em Bruxelas. As ativistas entraram no auditório segurando sinais que diziam “Parem a homofobia” e “O Cordeiro de Deus está chegando” e derramaram água sobre a cabeça do arcebispo. A Conferência Episcopal Católica condenou as ações das ativistas, mas disse que não iria apresentar queixa contra elas.

Em março de 2014, a cidade de Bruxelas instalou mictórios públicos numa parede exterior da Igreja Católica de Santa Catarina em Bruxelas. Foi estabelecida uma petição para retirar os mictórios, considerando-os um insulto a um local de culto.<sup>[9]</sup> De acordo com os “Amigos de Santa Catarina”, que iniciaram uma petição contra os planos para fechar a Igreja de Santa Catarina em Bruxelas, o Estado deseja transformar o edifício histórico num mercado. Contudo, o Arcebispo católico A-J Léonard de Malines-Bruxelles decidiu que a igreja iria continuar sendo um lugar sagrado.<sup>[10]</sup>

A Igreja de São Pedro em Liège foi vandalizada em 26 de agosto de 2014. O pároco, Padre Teheux, que apresentou queixa à polícia, confirmou que a sua igreja é frequentemente

[9] Daniel Hamiche, “Bruxelles: des urinoirs contre l’église Sainte-Catherine...”, Observatoire de la Christianophobie, 20 de Março de 2014 (<http://www.christianophobie.fr/breves/bruxelles-des-urinoirs-contre-leglise-sainte-catherine#.VvvUQdKLRdg>).

[10] Daniel Hamiche, “Bruxelles: non à la désacralisation de l’église Sainte-Catherine!” (<http://www.christianophobie.fr/petitions/bruxelles-non-a-la-desacralisation-de-leglise-sainte-catherine#.VvvWltKLRdg>); “Les Amis de l’église Sainte-Catherine – Bruxelles” (<http://www.eglisesaintecatherinebruxelles.be/>); Comunicado da Fabrique d’église Sainte-Catherine, 18 de Junho de 2015; Christian La Porte, “Désacraliser ou pas les églises?”, Lalibre.be, 11 de Abril de 2016 (<http://www.lalibre.be/regions/bruxelles/desacraliser-ou-pas-les-eglises-570abccf35708ea2d46ac816>).

vandalizada. É frequente ele encontrar excrementos humanos no confessionário e até mesmo no altar.<sup>[11]</sup>

Em abril de 2015, um inquérito judicial a uma rede de terroristas islâmicos constatou que um suspeito estava disposto a realizar um ataque suicida a um local de culto cristão na Bélgica.<sup>[12]</sup>

Os atos de vandalismo continuaram em 2015. Durante a semana de 3 de agosto de 2015, a pequena capela de Nossa Senhora de Walcourt foi pichada.<sup>[13]</sup> Em 8 de agosto, ladrões desmantelaram e levaram um telhado de metal da Capela de São José de Charleroi.<sup>[14]</sup>

Na noite de 13 de dezembro de 2015, três jovens foram detidos depois de terem vandalizado um presépio na Grand-Place. Além de danificarem a estrutura, roubaram a figura do Menino Jesus e a jogaram no chão, partindo duas outras imagens na manjedoura. Foram obrigados a reparar os danos e libertados.<sup>[15]</sup>

No mesmo dia, em Verviers, na província de Liège, a Igreja de Santa Juliana, que tinha sido anteriormente pichada, foi atacada uma segunda vez por vândalos que quebraram uma janela com pedras.<sup>[16]</sup>

Em 3 de janeiro de 2016, alguns jovens incendiaram uma árvore de Natal numa praça pública em Bruxelas e gritaram “Allahu Akbar”.<sup>[17]</sup>

## Questão da instrução religiosa e moral nas escolas públicas

Na comunidade flamenga, as crianças podem optar por não ter aulas de religião ou ética. Na comunidade francesa, esta opção não é permitida. A opção de não frequência é particularmente importante para as famílias cuja religião não é

[11] “Huy: l’église Saint-Pierre vandalisée une nouvelle fois”, La Meuse.be, 27 de Agosto de 2014 ([www.lameuse.be/1088123/article/2014-08-26/huy-l-eglise-saint-pierre-vandalisee-une-nouvelle-fois](http://www.lameuse.be/1088123/article/2014-08-26/huy-l-eglise-saint-pierre-vandalisee-une-nouvelle-fois)).

[12] Sarah Johansson, “The second inquiry into the recruiter Khalid Zerkani has closed”, The Brussels Times, 21 de Abril de 2015 (<http://www.brusselstimes.com/belgium/2809/the-second-inquiry-into-the-recruiter-khalid-zerkani-has-closed>).

[13] “Notre-Dame de Walcourt vandalisée”, DH.be 10 de Agosto de 2015 (<http://www.dhnet.be/regions/brabant/notre-dame-de-walcourt-vandalisee-55c799433570b5465331484d>).

[14] “Charleroi: des voleurs dérobent le toit d’une chapelle en pleine journée”, Le Soir, 9 de Outubro de 2015 (<http://www.lesoir.be/1012189/article/actualite/fil-info/fil-info-belgique/2015-10-09/charleroi-des-voleurs-derobent-toit-d-une-chapelle-en-pleine-jou>).

[15] “Grand-Place de Bruxelles: trois jeunes vandalisent la crèche et volent le petit Jésus”, Rtl, 14 de Dezembro de 2015 (<http://www.rtl.be/info/regions/bruxelles/grand-place-de-bruxelles-trois-jeunes-vandalisent-la-creche-et-volent-le-petit-jesus-779069.aspx>).

[16] “Verviers: de nouveaux actes de vandalisme à l’église Sainte-Julienne”, La Meuse, 14 de Dezembro de 2015 (<http://www.lameuse.be/1444127/article/2015-12-13/verviers-de-nouveaux-actes-de-vandalisme-a-l-eglise-sainte-julienne>).

[17] Corey Charlton, “Youths destroy a town centre Christmas tree with a petrol bomb while shouting ‘Allahu Akbar’ in Belgian city”, Mailonline, 5 de Janeiro de 2016 (<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3385563/Youths-destroy-town-centre-Christmas-tree-petrol-bomb-shouting-Allahu-Akbar-Belgian-city.html#ixzz45h5GkIw>).

reconhecida pelo Estado: Testemunhas de Jeová, Mórmons e movimentos religiosos novos e estrangeiros.

Em 2014, um casal de Bruxelas levou a questão da obrigatoriedade das aulas de religião e ética ao Tribunal Constitucional, com base no fato disso ser uma violação da liberdade religiosa. O Tribunal Constitucional apoiou o seu pedido e decidiu em 2015 que os estudos religiosos e éticos já não deviam fazer parte obrigatória do currículo escolar usado nas escolas primárias e secundárias.

Depois de debates animados envolvendo a comunidade francesa da Bélgica em 2015, foi adotada uma lei que reduz o número de aulas de religião e ética pela metade. Esta lei deverá ser implementada nas escolas primárias da comunidade francesa em setembro de 2016 e nas escolas secundárias em 2017-2018. A aula que deixa de ser dada será substituída por uma aula de cidadania. A suspensão de todas as aulas de religião ou ética está planeada para 2021.

## PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

A liberdade religiosa ou de crença é um valor fundamental na sociedade belga. O sistema de reconhecimento das religiões e concepções do mundo pelo Estado leva a um sistema diferenciado discriminatório, cujos efeitos negativos ainda precisam ser corrigidos.

Embora haja consenso político sobre a necessidade de combater o antissemitismo, é necessária vigilância para conter o seu ressurgimento.

A chegada do Islamismo através da imigração e de novos movimentos religiosos fez surgir várias formas de hostilidade social que ainda precisam ser erradicadas através da educação, ao mesmo tempo que as aulas de religião apenas são opcionais na escola.

Apesar dos esforços para integrar os imigrantes e de uma atenção particular à comunidade muçulmana,<sup>[18]</sup> a Bélgica tem produzido mais jihadistas do que qualquer outro país ocidental (relativamente à sua população) ao longo das últimas décadas.<sup>[19]</sup> O Governo belga afirmou

que 200 combatentes belgas ainda estão na Síria e podem voltar à Europa para realizar ataques terroristas.<sup>[20]</sup> O medo da violência pode afetar não apenas a segurança, mas também pôr em risco o espírito de tolerância e paz social.

---

[18] Centro Interdisciplinar de Estudos do Islão no Mundo Contemporâneo (CISMOC), Instituto IACCHOS/Universidade Católica de Lovaina, "Musulmans et non musulmans à Bruxelles, entre tensions et ajustements réciproques, Synthèse de l'étude scientifique «Regards et relations entre musulmans et non musulmans à Bruxelles: entre tensions, (imaginaires de) phobies et ajustements réciproques.»", Fundação Roi Baudouin, Bruxelas, Outubro de 2014 ([https://www.kbs-frb.be/fr/~/\\_media/Files/Bib/Publications/PUB2014-3272-MusulmansNonMusulmans.pdf](https://www.kbs-frb.be/fr/~/_media/Files/Bib/Publications/PUB2014-3272-MusulmansNonMusulmans.pdf)). CISMOC/IACCHOS, Centro Interdisciplinar de Estudos do Islão no Mundo Contemporâneo, "Musulmans et non-musulmans en Belgique: des pratiques prometteuses favorisent le vivre ensemble", Fundação Roi Baudouin, Bruxelas, Novembro de 2015 ([https://www.kbs-frb.be/~/\\_media/Files/Bib/Publications/3372\\_POD\\_MusulmansEnBelgique\\_final.pdf](https://www.kbs-frb.be/~/_media/Files/Bib/Publications/3372_POD_MusulmansEnBelgique_final.pdf)).

[19] Abigail R. Esmán, "How Radicalisation Was Allowed to Fester in Belgium", Apt News,

---

19 de Abril de 2016 (<http://www.investigativeproject.org/5310/how-radicalization-was-allowed-to-fester-in>).

[20] Valentina Pop, "Belgium Says 200 Belgians Fighting in Syria Pose Terror Threat", The Wall Street Journal, 21 de Abril de 2016 (<http://www.wsj.com/articles/belgium-says-200-belgians-fighting-in-syria-pose-terror-threat-1461237039>).